



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LAÍS DE OLIVEIRA NEVES

**DE QUILOMBOS A QUILOMBOLAS: AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO-PB**

**CAMPINA GRANDE
2019**

LAÍS DE OLIVEIRA NEVES

**DE QUILOMBOS A QUILOMBOLAS: AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em História.

Área de concentração: Ciências Humanas

Orientador: Profa. Dra. Ofélia Maria de Barros

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N518d Neves, Laís de Oliveira.
De quilombos a quilombolas [manuscrito] : as identidades étnicas na Comunidade Quilombola do Grão-PB / Laís de Oliveira Neves. - 2019.
26 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Ofélia Maria de Barros, Departamento de História - CEDUC."
1. Políticas Públicas. 2. Quilombolas. 3. Identidade étnica.
I. Título
21. ed. CDD 326

LAÍS DE OLIVEIRA NEVES

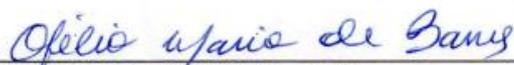
DE QUILOMBOS A QUILOMBOLAS: AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO-PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação /Departamento
do Curso de História da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciada em História.

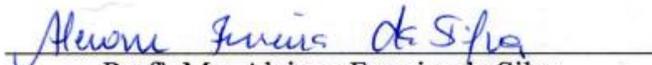
Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: 18/6/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Drª Ofélia Maria de Barros
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Alcione Ferreira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Junior
Universidade Estadual da Paraíba (UPB)

A minha família, companheiras, amigas e
todas elas, DEDICO.

“Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003b, online).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADTC	Alto das Disposições Constitutivas Transitórias da Constituição
CECNEQ	Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 IDENTIDADE ÉTNICA: AFINAL O QUE É SER QUILOMBOLA?.....	14
1.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO	16
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21

**DE QUILOMBOS A QUILOMBOLAS: AS IDENTIDADES ÉTNICAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO**

**FROM QUILOMBO QUILOMBOLAS: AS ETHNIC IDENTITIES IN THE GRILO
QUILOMBOLA COMMUNITY**

Laís de Oliveira Neves¹

RESUMO

Quando pensamos em quilombo rapidamente associamos a um território inacessível de origem ilícita, formados no período colonial por escravos fugitivos e rebelados. No entanto, pensar quilombo hoje está para além dessa definição. O conceito de quilombo tem sofrido importantes redefinições desde a colonização até a atualidade. Essa categoria que se liga diretamente a uma questão identitária dos povos étnicos quilombolas, nos fez refletir dentro do Núcleo de Estudos NEABI-CG/ABAYOMI, a partir das perspectivas apontadas pelo antropólogo Frederick Barth (2000), sobre como os moradores das comunidades quilombolas pensavam sobre esse o termo quilombo, e o que significava acrescentá-lo aos seus repertórios de vida. Isto é, tendo transcorrido cerca de aproximadamente 20 anos das políticas de reconhecimento da diversidade, mas que só a partir do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que se tem início ao reconhecimento desses povos remanescentes. Para tanto decidimos nos aproximar das comunidades mais próximas a cidade de Campina Grande- PB. Onde através do projeto de PIBIC, conseguimos acalçar a Comunidade Quilombola do Grilo, situada próximo ao município de Riachão do Bacamarte-PB. Na qual entrevistamos pelo método de pesquisa História Oral Temática, de acordo com Meihy (2005). Através da memória desses moradores conseguimos identificar o momento em que suas identidades passam a ser relacionadas aos conceitos de quilombo, quilombola, bem como sua nova categorização ao termo, que substitui a ideia de inferioridade, para povos de resistência e luta contra as desigualdades sociais.

Palavras-Chave: Identidades, Políticas Públicas, Quilombolas.

ABSTRACT

When we think of quilombo quickly associate an inaccessible territory of illicit origin, formed in the colonial period by runaway slaves and rebels. However, thinking quilombo today is beyond that definition. The concept of quilombo has undergone important redefinitions from colonization to the present time. This category, which links directly to an identity issue of quilombola ethnic peoples, made us reflect within the NEABI-CG / ABAYOMI Studies Nucleus, based on the perspectives pointed out by the anthropologist Frederick Barth (2000), about how the inhabitants of quilombola communities thought on that the term quilombo, and what it meant to add it to its repertoires of life. That is, after approximately 20 years of the

¹ Estudante de graduação do curso de Licenciatura em História (Campus I – UEPB) Membro do NEABI-CG/ Grupo de Estudos Abayomi.
E-mail: lais_oliveiraneves@hotmail.com

policies of recognition of diversity, but only from the government of former President Luiz Inacio Lula da Silva that the recognition of these remaining peoples begins. For this, we decided to approach the communities closest to the city of Campina Grande - PB. Where through the PIBIC project, we managed to reach the Grilo Quilombola Community, located near the municipality of Riachão do Bacamarte-PB. Where we interviewed by research method Oral History Theme, according to Meihy (2005). Through the memory of these inhabitants, we can identify the moment in which their identities come to be related to the concepts of quilombo, quilombola, as well as its new categorization to the term, that substitutes the idea of inferiority, for people of resistance and fight against the social inequalities.

Keywords: Identities, Public Policies, Quilombolas.

1 INTRODUÇÃO

O artigo ora em questão, decorre da pesquisa desenvolvida junto à Comunidade Quilombola do Grilo² que teve início ao longo do curso de graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, mais especificamente na Iniciação Científica (PIBIC³). O presente trabalho propõe-se a refletir e problematizar a construção das identidades dos sujeitos das comunidades rurais, cuja etnia e traços culturais remetem ao passado escravista. Isto é, os hoje denominados “territórios quilombolas” e seus residentes. Para tanto nosso interesse ao investigar essa temática surge das discussões no Grupo de Estudo Abayomi, NEABI-CG (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Cidade de Campina Grande), do qual fazemos parte. Nos debates acerca dos temas identidades raças, étnicas, quilombos e comunidades quilombolas entre outras surgiram indagações acerca da constituição ou construção desses processos identitários.

Isto é, tentar compreender o processo de construção das identidades étnicas, no contexto da inserção das políticas públicas de reconhecimento territorial das comunidades quilombolas, apresentadas no governo do ex- presidente Luiz Inacio Lula da Silva (Lula), para as comunidades atualmente denominadas de remanescentes quilombolas. Mais especificamente perceber o processo de ressignificação das antigas identidades agora margeadas por conceitos e categorias tais como quilombos, quilombolas e remanescentes de quilombos, categorias esses exteriores, trazidas sobretudo por agentes das universidades e dos movimentos sociais

Com esse foco partimos para a aproximação das comunidades quilombolas mais próximos a cidade de Campina Grande. Embora a ideia inicial fosse realizar a pesquisa nas comunidades do Grilo⁴ e Caiana dos Crioulos, dada as dificuldades de acesso e locomoção apenas acessamos a Comunidade do Grilo.

A Comunidade Quilombola do Grilo e seus residentes tornaram-se objeto de estudo de uma quantidade significativa de trabalhos acadêmicos, dentre os quais encontramos artigos, teses, monografias e livros que, versam sobre as mais diferentes questões referentes a mesma. As investigações identificadas prendem-se sobremaneira aos últimos 20 anos de políticas públicas para as comunidades remanescentes, que por sua vez se coadunam aos períodos do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) em especial ao Governo do Ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Dentre os quais destaco o relevante trabalho de conclusão de mestrado, a dissertação da Assistente Social Alcione Ferreira da Costa, intitulada *Nas Trilhas da Ancestralidade e na Força da Cor: Protagonismo Social de Mulheres da Comunidade Quilombola do Grilo-Pb na Luta pelo Direito Social à Terra*, apresentada em 2015, que discuti a temática em volta da liderança feminina quilombola evidenciando o modo como as mulheres da comunidade Quilombola do Grilo construíram experiências de luta e do exercício da liderança comunitária, em defesa da conquista da titulação das terras tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais; também destacamos o artigo da antropóloga Mércia Rejane Rangel Batista, *Grilo: Das Memórias de Assujeitado ao Direito Quilombola*, resultado de seu parecer antropológico do Relatório de Identificação e Delimitação- RTID- debruçando-se sobre a

²A Comunidade Quilombola do Grilo se encontra próximo a Riachão do Bacamarte, na Mesorregião do Agreste Paraibano, numa faixa de terreno bastante acidentado, sobre lajedos. Com a área territorial demarcada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com aproximadamente 30 km da Cidade de Campina Grande -PB.

³“Territórios e Identidades, Falas e Escutas: O difícil caminho de construção de uma comunidade quilombola”. Realizado em duas comunidades de reminiscência quilombola Caiana dos Crioulas e a Comunidade do Grilo, nos anos de 2018-2019.

história da Comunidade Quilombola do Grilo, contido no livro organizado por Alberto Banal, “Quilombos da Paraíba”, publicado em 2013.

Nosso trabalho por sua vez, busca compreender o processo pelo qual esses sujeitos, mulheres e homens, passam a ser nomeados e se auto nomearem de quilombolas ou remanescentes de quilombos; bem como, perceber os efeitos das políticas públicas e ações afirmativas promovidos pelo estado no reordenamento da comunidade.

O termo “quilombo” tem, segundo MUNANGA (1995), origem *bantu*, *kilombo*, aportuguesado: quilombo⁵. Seu emprego e significado no Brasil esteve atrelado há alguns ramos desses povos bantus cujos membros foram trazidos e escravizados durante a colonização. Mesmo que tal categoria não seja nativa, isto é, o conceito tenha chegado juntos com os africanos e africanas escravizados, ao aportar no Brasil recebeu outros significados, muitos deles se atrelaram a uma significação negativada. Nos últimos anos o conceito vem sendo resignificado, reapropriado e se legitimando numa conotação contrária a anterior, ou seja, agora significando a luta de resistência, e de remanência⁶ do povo negro ao processo de colonização, a escravidão como sistema político e econômico ao estigma e exclusão e ao racismo decorrente desse processo.

Segundo Mello (2016), as discussões acerca do quilombo na esfera acadêmica, jurídica e política é marcada de dissidências, questionamentos e recriminações. Uma vez que, correspondendo a uma categoria de disputas que possui significado polissêmico, seja qual for a definição esbarra em indefinições. O quilombo na primeira metade do século XX inspiraram a Frente Negra Brasileira, na década 30. Já em 1964 os quilombos serviam de metáforas para as organizações que lutavam contra o autoritarismo. E finalmente com a nova Constituição de 1988, seria reconhecido como território dessas comunidades “assegurando “a diversidade étnica presente no Brasil.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, diz que “ao remanescente de quilombo é reconhecida a propriedade de terra definitiva”. Sendo a primeira vez a utilização do termo “remanescente” nas legislações em prol das comunidades negras. Percebe-se então no emprego do termo “remanescente” um novo significado semântico para as comunidades quilombolas. Todavia, segundo Arruti (2006) o Artigo 68 possuía uma exigência quase inatingível, que correspondia a uma visão de cultura estática por essas populações remanescentes, sendo raros os agrupamentos que se adequariam à legislação, o que também contribuiu para sua livre aceitação na época da sua elaboração.

É a partir das discussões dos antropólogos acerca dos conceitos de etnicidade quanto aos povos quilombolas, principalmente as contribuições de Frederick Barth que se criou um plano investigativo no qual se dá mais ênfase a postura dos sujeitos acerca do que significa à categoria de quilombo, em oposição aos conteúdos culturais prontos e acabados.

Dessa forma nosso trabalho circunscrevesse através das discussões acerca das identidades étnicas, a partir de Barth (1998), que trabalha na perspectiva da autodefinição,

⁵ A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. Munanga (1995, p. 25)

⁶ O Decreto nº. 4.887 do ano de 2003, que passou a considerar remanescente das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais”, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão da histórica sofrida (FORTES e LUCCHESI, 2013, p. 58).

como primeiro plano da participação ativa dos sujeitos na incorporação de significados à categoria de quilombo perpassando a ideia essencialista das identidades étnicas.

Como metodologia de pesquisa empregaremos o método da História Oral, que segundo Meihy (2002) a fonte oral se configuraria como a base inicial para obtenção de qualquer forma de conhecimento, seja ele acadêmico ou não, as discussões ganham caráter científico a partir do momento em que os argumentos passam a ser sistematizados, arranjados metodologicamente, equiparados uns aos outros em diálogo continuado, cumulativo, assumidos profissionalmente e atribuindo caráter científico

Todavia, a História Oral segundo o autor antes referido, apresenta três formas diferentes de abordagem, dependendo do conteúdo trabalhado nas entrevistas: História Oral de Vida, Tradição Oral e História Oral Temática. Seguiremos a História Oral Temática, em que o compromisso é a elucidação ou a opinião do narrador sobre algum evento definido (Meihy, 2005).

Nesse sentido, a presente pesquisa também busca seguir uma perspectiva teórica decolonial. Tradição atual do pensamento latino-americano, que dispõe a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – por meio da compreensão e intervenção no mundo marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRINE, 2013).

Nosso trabalho segue dividido em duas etapas. **1.1 Identidades Étnicas: Afinal o que é ser quilombola?** onde faremos uma breve discussão dos conceitos de “quilombos” e “remanescentes” para que assim possamos discutir a Identidade Étnica a partir da proposta por Barth (2000). Em seguida no **1.2 Comunidade Quilombola do Grilo** Faremos uma análise dos depoimentos visando a compreensão e problematização dos conceitos e categorias acima mencionadas na comunidade Quilombola do Grilo. Esse ensaio apresentasse como uma pesquisa inicial, já que pretendemos nos aprofundar ainda mais sobre a temática, na pós-graduação dado a relevância que entendemos acerca das discussões sobre elas.

1.1 IDENTIDADE ÉTNICA: AFINAL O QUE É SER QUILOMBOLA?

Desde a colonização os primeiros agrupamentos de escravos fugitivos eram denominados mocambos⁷ ou quilombos⁸. No Brasil a definição de quilombo segue inicialmente através das Leis Coloniais, que o define como espaço de ilegalidade composta por escravos rebelados e fugitivos. Todavia vale salientar que nem toda fuga de escravos correspondia a um mocambo/quilombo, nem todos fugitivos planejavam ir para uma comunidade. Ainda que as Leis Coloniais tenham tratado o termo quilombo apenas como relacionado aos escravos fugitivos rebelados, que bastava ser formado com cinco escravos fugitivos em ranchos permanentes, segundo Gomes (2015), o fator da fuga muitas vezes estava atrelado a uma estratégia coletiva, muitos quilombos formaram-se rebeliões e muitas rebeliões tornaram-se quilombos.

Miranda (2008) destaca que mesmo com o empenho do Estado para manter a oposição aos quilombos, nos morros, nas chapadas, serras próximas aos engenhos, até mesmo no centro entre fronteiras e plantações, pastagens, nas inúmeras diferentes regiões do Brasil os escravos criavam estratégias de organização política contra o sistema escravista. Para além do Quilombo de Palmares, milhares de quilombos foram criados ao longo da história do Brasil.

⁷Data de 1575 primeiro mocambo na Bahia (GOULART,1972)

⁸ De acordo com Munanga (1995) os quilombos envolvem povos de origem bantu que apresentaram dimensões sociopolíticas e militares contra o sistema escravista colonial.

Apresentando-se como uma quebra na lógica do sistema escravista, que mesmo após a Lei de Terras de (1850), excluía qualquer possibilidade de um ex-escravo ter livre acesso a terra, segundo Souza (2001), em muitas regiões do Brasil alguns quilombos eram sustentáveis, através da base do cultivo de pequenas roças, e teriam acesso ao comércio mantendo relações simbióticas com lavradores e mascates. Apesar de apresentar várias similaridades, os quilombos compreendiam a diferentes estruturas de organização, como geográfica, cultura, identidades étnicas, economia, religiosidades. Segundo Freitas (1984) mesmo com a predominância de africano escravizado alguns quilombos constituíam espaço Inter étnico habitados por indígenas e até branco em situação de extrema pobreza e exclusão.

Mas é no Pós-Abolição que o quilombo vai enfrentar uma série de controvérsias, já que no imaginário popular dado o fim da escravidão, as resistências ao escravismo presente no quilombo não fariam sentido. Segundo Souza (1998) muitas comunidades quilombolas permaneceram invisíveis simbolicamente para sobreviver, enquanto o Estado alijava esses sujeitos dos direitos de possuir a terra, até quando herdada com testamentos lavrados em cartórios.

Um dos grandes marcos históricos para as comunidades quilombolas é o Artigo 68 da (ADCT) da Constituição Federal de (1988), que reconhece o direito a terra ao remanescente de quilombo. No entanto, de acordo Arruti (2006), o Artigo 68 ficou sete anos sem regulamentação ou propostas, só após a sua associação as festividades em memória de Zumbi dos Palmares que sua importância foi sendo levantada em debates até chegar em âmbito nacional.

Almeida (2002) ressalta para o conceito de remanescente no Artigo 68 a priori apresentasse de forma sugestiva caracterizando-se a busca nas comunidades atuais formas atualizadas dos antigos quilombos, como se a cultura permanece congelada, ou estáticas. Conforme destaca Arruti (2008), em 1994 foram apresentadas as demandas para aplicação do Artigo 68 a Fundação Cultural Palmares, Órgão do Ministério da Cultura, que realizou o seminário Conceito de Quilombo, que buscou dar ênfase aos debates em torno das comunidades quilombolas. Almeida (2002) ainda aponta que a antropologia desempenhou um papel importante para a visão do termo remanescente, buscava dar a categoria um significado que não se referia a uma sobre o passado, ou uma cultura estática, mas a utilização dessa forma de identificação por coletividade em busca de reconhecimento no presente

Os trabalhos de Martin (1995), Almeida (2002) Arruti (1997;2006;2008) questionaram a categoria, remanescente de quilombo, se ela dimensionaria a experiência histórica dos segmentos negros no Brasil, ou se era um conceito genérico no qual essa coletividade teria que se adequar. Em 2003 o Decreto 4.887/03 do Estatuto da Igualdade Racial, aparece novas diretrizes no posicionamento do Artigo 68.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003b, online).

Tais considerações sobre auto atribuição, apresentadas acima, demonstram impactos importantes da teoria de Barth (1998) e Abner Cohen (1969) acerca dos grupos étnicos, que apontam críticas contundentes para as concepções tradicionais em volta das identidades étnicas, como unidade cultural distante. Barth (1998) discute a não homogeneidade dos grupos étnicos, compreendendo o movimento da cultura e suas implicações já que ela contém contradições e incoerência. Barth afirma que a cultura pode ser utilizada para manter a

diferenciação entre grupos étnicos próximo geograficamente, por meio de processos internos que possam acentuar as diferenças entre eles.

A teoria de Barth, acerca dos grupos étnicos, tem ganhado uma série de críticas ao longo da sua trajetória nos estudos Antropológicos das identidades étnicas. Segundo Arruti (2006), a ênfase em Barth na autoatribuição e na atribuição pelo outro é importante na questão política dos povos remanescentes.

Assim estaremos especificamente tratando de suas “identidades étnicas” cuja definição que melhor se adequa foi apresentada por Barth (2000) que da ênfase a constituição dos grupos étnicos sobre a natureza das fronteiras que os mantem:

A atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada e pelo seu meio ambiente. A medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e outros, com objetivo de interação eles formam grupos étnicos organizacional (BARTH ,2000. P.32).

Ou seja, Barth (2000) aponta para as fronteiras e as interações como fundamentais para a composição de cada grupo étnico. Para ele não existe uma produção acabada e finalizada para a formação da identidade de um povo, não bastando identificar os seus traços culturais, a sua língua, o seu território e os seus costumes para que essa identidade seja constituída. A identidade, segundo ele é formada a cada nova situação, a depender da interação daquele grupo com o outro e ou com o ambiente que ocupam.

Dessa forma os grupos étnicos ganham espaço no processo de autodefinição quanto as suas identidades diferenciais nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla. Barth (1998) continua, a identidade étnica é empregada como meio de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade. Nesse sentido, a concepção para a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites do grupo, da contínua dicotomização entre membros e não membros (nós/eles).

Sendo assim em função de nosso tema de estudo, que é sobretudo perceber como os sujeitos da comunidade do Grilo estão refletindo acerca de sua identidade quilombola, direcionaremos nossa análise para a relação entre a constituição da identidade através dos depoimentos dos integrantes da comunidade, com base nas políticas de ações afirmativas para reconhecimento da sua auto identificação.

1.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO

Os diálogos acerca das categorias étnicas se referem, além de como, a quando essas definições são associadas aos sujeitos inseridos nessas populações. De acordo com (Barth, 1969/1997) o estudo através da etnicidade compreende processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores sociais identificam-se e são identificados pelos outros na base das diferenças estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum e realçados nas interações sociais.

Sendo assim, neste tópico, através da análise das entrevistas⁹ realizadas na Comunidade Quilombola do Grilo entre os anos de 2018-2019. Com foco na memória dos moradores e moradoras, além de perceber como formulam uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da comunidade como uma coletividade, bem como o processo de

⁹Meihy (2007) que trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico, das análises; formular as entrevistas como epicentro da pesquisa. Dando ênfase a entrevista na história oral não resumidas em uma coleção de palavras reunidas em uma sessão dialógica que se esgota em si registrar a memória viva, mas sim analisar semelhantemente as emoções, transmitidas pelos olhares além dos sentimentos de indivíduos de diferentes origens socioculturais.

reconhecimento identitário de remanescente de quilombo através das políticas públicas do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Quanto ao processo de reconhecimento das comunidades, segundo o Levantamento da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, comunidades remanescentes,¹⁰ quilombolas registradas chegam a 3.524 até o momento de março de 2019. Na Paraíba são registradas 41 comunidades. De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), atualmente composto através da equipe multidisciplinar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Estado da Paraíba constituída pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-18/G/Nº053/08, a comunidade do Grilo¹¹ é formada aproximadamente com 138.83964 hectares, dividido entre 71 famílias, atualmente reconhecida pela Fundação Palmares.

Embora a Comunidade Quilombola do Grilo tenha poucos anos desde reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, em 2015. Enquanto comunidade remanescente de quilombo. Ao entrevistarmos Leonilda Coelho Tenório - Paquinha (umas das lideranças da Associação de Moradores da comunidade), sobre a recepção da categoria quilombola, encontramos em sua fala um uma aproximação as políticas públicas afirmativas, como a ACCADE¹², ela descreve:

A primeira vez que eu fui ouvir essa palavra, falar no quilombo, foi quando eu vi no dicionário, e tinha um pessoal amarrado apanhando e tinha o nome de quilombo. Foi quando eu comecei a ler essas coisas e fiquei me perguntando Quilombo? Foi quando eu cheguei nas páginas de Zumbi dos Palmares, foi ai que eu vim entender melhor como era, mas eu fui ler o livro, mas eu não entendia muito. Fui só entender depois dessa reunião, quando veio Edvando que ele é da ACCADE, e eu fui bater esse mundo todinho que esse mundo ficasse igual (Leonilda Coelho Tenório/ Paquinha – 2019)

Segundo Paquinha o termo quilombo já era de seu conhecimento, ela pesquisou para conhecer melhor do que se tratava, porém foi a partir do contato com a ACCADE em 2015, que ela entendeu o sentido que hoje atribui-se a quilombo. Significado esse já atrelado ao conceito de remanescente (apresentado pelas políticas públicas no Decreto 4.887/03 de 2008) no processo de autoatribuição das identidades étnicas. Dessa forma compreende a autodefinição de Paquinha a partir da definição externas dos outros grupos. Que segundo (Barth, 1997) esta relação dialética entre as definições exógena e endógena de pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.

Acerca da autoidentificação enquanto quilombola Paquinha dá um significado que coletivo, e de orgulho identitário próprio também:

¹⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1994, remanescentes de quilombos são "grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

¹¹ Se caracteriza na atualidade como um pequeno vilarejo construído em cima de lajedos na região paraibana pertencente ao município de Riachão do Bacamarte. Segundo Silva (2015) o nome Grilo remeteria a memória dos grilos que cantavam nas auroras junto aos moradores, na busca por água natural visto as dificuldades recorrentes de assistência básica na comunidade antes do seu reconhecimento territorial.

¹² ACCADE- Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro descentres- criada em 1997 é uma entidade sem fins lucrativos de ação voluntária de professores, educadores sociais, assistentes sociais e agentes de saúde. Comprometidos com as populações do campo, em especial com os trabalhadores, agricultores de comunidades quilombolas.

Quilombola é pra mim é tudo, se eu sair daqui eu sou quilombola, se eu for pra Campina Grande eu sou quilombola , eu sou quilombola pra onde eu vou. Eu queria que todo mundo chegasse e fosse como eu, porque, ter vergonha de que? Se o nome quilombola é só crescer é isso que a gente sabe neh. Tu sois o que? Tu soi oque? E eu dizer não sou quilombola, ai é o que? Ai eu to diminuindo, não vai ter palavra pra dizer hoje eu to perto de uma quilombola hoje conversei com uma quilombola , e eu chegar la e dizer, que eu não sou quilombola, ai to diminuindo, e não deixe levar pelo egoísmo , porque quilombola não é bixo sebooso não quilombola é gente. (Leonilda Coelho Tenório/ Paquinha – 2019)

Paquinha desenvolve um significado individual e coletivo. Individual quanto ao seu orgulho identitário, reconhecendo sua reminiscência e a importância de evidenciar sua identidade para o crescimento da comunidade como uma coletividade. Que a partir do momento em que os membros não se identificam com o termo, destoam o sentido coletivo, para um lado egoísta e preconceituoso do que seria o quilombo.

Assim, como discutido por Barth (2000), a atribuição das categorias étnicas de identificação realizadas pelos próprios atores, têm característica de organizar a interação entre as pessoas. Sendo assim, figura um campo de comunicação e de interação, possuindo um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros.

Não apenas Paquinha como também Elias Coelho Tenório, membro da Associação de Moradores, ao sobre o conceito de quilombo, ao mesmo tempo que se reconhece como quilombola, demonstra a desvalorização inicial das políticas públicas:

A gente se via falando de quilombola as vezes com uma televisão, um rádio falando, mas a gente num tinha nem pouca importância nenhuma, porque não tinha, conhecimento do fato neh, do que estava acontecendo, ai um dia apareceu um rapaz da ACCADE, aqui ai viu as meninas, descobriu, porque isso é terra de descobrimento neh, descobre uma comunidade negra. Ai veio ele foi e descobriu a comunidade de Pedra D'água , que é do município de Ingá, é aqui pertinho e, ai ele , não sei se foi por la que ele ficou sabendo, porque aqui também tinha uma comunidade(Elias Coelho Tenório/ Loia – 2019)

O processo de autoidentificação quanto a ser quilombola, na fala de Seu Elias, demonstra que as políticas apresentavam pouca relevância anterior as políticas. E a partir do momento em que reconhece a chegada do membro da ACCADE que “descobre” a comunidade negra do Ingá em seguida a do Grilo a qual reside. Que essa autodefinição altera, portanto, parte de um amplo processo de produção da sua identidade sendo ela definida simultaneamente pelo que é subjetivamente reivindicado e pelo que é socialmente atribuído. Assim, como expõe Barth (2000), as identidades étnicas não estão presas de forma estática, elas se manifestam por uma concepção dinâmica, pautada na interação de grupos sociais por meio de processos de exclusão e de inclusão.

Dona Lourdes também da comunidade, conhecida como “loiceira”, devido sua produção de louça, ao questionarmos sobre o conceito de quilombola, ela responde:

Quilombola? Sei não, é porque é negro é?! Só se é. Eu penso que o quilombo foi criado na época, mais que foi dos escravos neh, escravidão. Exatamente na época dos meus avos que moravam ai em cima, eles falava que veio escondido de uma , eu me esqueci agora mas que era escravo, e eles veio veio ele a filha e a mulher e duas filhas uma mulher e um filho, três filhos. Então ele se escondeu em uma loca la embaixo que se chama loca da bixiga,(Maria de Lourdes / Dona Lourdes- 2019)

Dona Lourdes associa o relatório histórico da categoria quilombola, ela ressalta a constituição do conceito ao período da escravidão de seus antepassados, para ela essa definição de quilombola nasce da característica, escravo/ negro/fugitivo. Porém quanto a sua autoidentificação enquanto quilombola Dona Lourdes apresenta uma ressignificação e aproximação sua com seu significado atual:

É bom ser quilombola né, alguém pergunta, de onde você veio? Eu digo do quilombo. E eles dizem ‘oxeié quilombola?’ Sou quilombola. Todo mundo aqui gosta, tem gente ai que é quilombola e nasceu e se criou nesse quilombo, que é uma beleza, mas se sente feliz. Mas tem umas meninas ali embaixo branco, mais branco mesmo, que nasceram e se criaram aqui, são quilombolas, tem umas meninas naquelas primeiras casas, elas nasceram, se criaram aqui (Maria de Lourdes / Dona Lourdes- 2019)

Para Dona Lourdes o conceito de quilombo sofre uma transformação, que anteriormente em sua formação era de origem negra/escrava/fugitiva, mas que logo se torna um lugar de beleza, e que abriga uma diversidade de pessoas, sejam elas negras ou brancas. Segundo Barth (2000) a identificação étnica salienta os sinais diacríticos, estes que são selecionados a partir do reservatório representado pela tradição cultural. Logo essa a cultura não é pressuposto dos grupos étnicos, e sim produto deles, e sua identidade étnica é melhor compreendida quando tomada em situação que leva a cultura como algo constantemente reelaborado.

Mesmo que haja uma reelaboração dessa cultura e de como enxergar o conceito de quilombo nas falas dos moradores, a questão da escravidão não se distancia do passado histórico dessas comunidades. Nos pós a abolição o Grilo assim como outras comunidades quilombolas descenderam do Regime de Assujeitamento¹³. Como expressa Seu Elias sobre a memória desse Regime Assujeitamento, conhecido como dia de alugado, que fazia parte de seu processo de fabricação da identidade remanescente de quilombo:

Mas assim naquela época a gente passava por muita dificuldade, meu pai como trabalhador, trabalhava como uma pessoa pobre, morando nessa dita fazenda na época trabalhava com aquilo que o pessoal chama de dia de alugado, ele trabalhava quatro dias de alugado, ai recebia aquela coisinha pouca, pra fazer pra da de comida a os filho ...minha mãe mesmo teve vinte um filhos, ai morreu um bocado, ai na época que chegou aqui tinha oito ou era dez, tudo pequenininho feito escadinha pra comer sem meu pai ter condição (Elias Coelho Tenório/ Loia – 2019)

O trabalho de alugado mencionado por Seu Elias, demonstra uma realidade cotidiana da sobrevivência, versada pelos primeiros habitantes do Grilo. Mesmo que suas histórias de vida estejam ligadas diretamente a uma remanesceria quilombola. Compreendesse nos diálogos dos entrevistados que essa associação bem como sua identificação como remanescente de quilombo, só vem à tona quando as políticas afirmativas começam a aparecer sutilmente na melhoria vida da comunidade.

As políticas pra cá foram melhorar mesmo no governo do Lula, de Lula pra cá melhorou, as pessoas ficam dizendo mais Lula fez isso, fez aquilo mas Lula foi o presidente, até hoje ta na história que foi o que mais beneficiou a classe pobre. (Elias Coelho Tenório/ Seu Elias 2019)

¹³Segundo Batista (2015), o regime de assujeitamento de trabalho seria através dos moradores da comunidade que se alugavam para o trabalho, quando não ficavam na dependência de um patrão, o que implicaria na condição classificada de assujeitados,

Lutando fortemente contra suas condições estruturais econômicas, os povos remanescentes quilombola sofreram duplamente a exclusão. Exclusão pela ausência de direitos enquanto pobres, e exclusão entre os pobres em decorrência da cor da pele e da sua cultura. Romper esse ciclo histórico de alijamento político, econômico, social e simbólico sem dúvida tem demandado muito esforço. A criação do Decreto 4.887, criado no governo Lula que regula o artigo 68 do ADCT, dispõe no Art. 2º as características necessárias para classificação das comunidades remanescentes de quilombo, foi extremamente importante para a vida dessas populações.

Segundo Batista (2015) a comunidade que pretendesse reivindicar o título de remanescente de quilombo necessita atestar critérios de autoatribuição, trajetória histórica própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência a opressão histórica. Dado seu histórico o Grilo foi reconhecido em 2015 como comunidade Remanescente de Quilombo. Quando perguntamos sobre a vida na ausência dessas políticas de reconhecimento Paquinha respondeu:

Antes era muito pior porque só estava eu só. Todo mundo que ta junto aqui não levava em conta, mas que hoje ta diferente através das informações de vocês e de outros e outras que vem atrás da gente e cada um dia a agente vai aprendendo um ponto, aprendendo uma coisa, como somos nossos direitos como a gente pode ir buscar e ir. Porque a 20 anos atrás eu não ia bater na porta da universidade sozinha sem saber de nada, sem saber dos meus direitos
(Leonilda Tenório/ Paquinha 2019)

Paquinha aponta a importância das políticas públicas, para a identificação da comunidade, e o reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos remanescentes. Ela demonstra a importância do contato da comunidade acadêmica com a comunidade quilombola, fluindo como uma troca de informações e conhecimentos bem como para o entendimento e reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos remanescentes de quilombo.

Dessa forma através da História Oral Temática¹⁴ identificamos o momento em que esses sujeitos passam a associar o termo quilombo e quilombola ao seu repertório de vida. Assim como se define as identidades étnicas a partir de Barth. Mesmo com a flutuação do termo quilombo e os debates acadêmicos acerca das identidades étnicas após a Constituição de 1988. Apenas com as regulamentações do Artigo 68º, junto ao Decreto 4.887/03 que discutiu melhor a identidade do remanescente de quilombo, junto com a ACCAD e o INCRA que possibilitaram uma melhoria na comunidade como um todo, e no seu processo de construção da sua história e reconhecimento como povos étnicos de reminiscência quilombola.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que tenhamos como tópico Considerações Finais, vejamos essa pesquisa para além desse artigo de conclusão de curso. Percebendo nas falas dos moradores entrevistados da comunidade Quilombola do Grilo, a importância da presença da comunidade acadêmica para

¹⁴ Para Barros (2004) A Memória é socialmente construída, semelhantemente a toda documentação, logo não correspondem a lugares distintos. A crítica da fonte deve ser aplicada a todo tipo seja ela qual for. Desse modo a fonte oral é exatamente comparável à escrita. Sendo assim tomamos na nossa pesquisa as considerações Éticas feitas pelo comitê de Ética da Plataforma Brasil, garantindo a regulamentação das falas dos agentes da pesquisa.

a discussão acerca das realidades que giram em torno das comunidades negras, que sofreram a margem da exclusão nesse sistema racista latifundiário que representou a história do Brasil.

Através da memória desses moradores com a utilização metodológica da História Oral Temática conseguimos identificar o momento em que suas identidades passam a ser relacionadas aos conceitos de quilombo, quilombola, bem como sua nova categorização ao termo, que substitui a ideia de inferioridade, para povos de resistência e luta contra as desigualdades sociais.

Assim é importante perceber o movimento das identidades étnicas, e da identidade quilombola. Que também não é estática ao termo estereotipado, onde dispõem de uma visão desclassificatória, do quilombo com uma sociedade selvagem, de desordem, preguiça, inferioridade. Sendo a inversão do significado de importante análise uma vez que não ocorre ocasionalmente de uma hora para outra, mas em pequenos passos. Como as políticas públicas que se evidenciaram no governo Lula, apresentando a categoria de remanescente por meio dos estudos Antropológicos das Identidades Étnicas de Barth, tentaram um reparo para a cidadania até então negada aos remanescentes de quilombo através do Artigo 68 e o Decreto 4.887/03.

A própria noção de quilombola expressa nas falas dos entrevistados contém uma dimensão específica da transição do termo de uma herança escravista, mas que hoje representa um símbolo de força ao qual relacionam suas identidades. Que não se limita a uma cultura congelada no tempo, que deve ser tombada pelo patrimônio histórico e exposta à visitação pública. Mas sim uma visão da coletividade a qual efetivamente conduz ao reconhecimento de um direito que foi desconsiderado durante um longo período histórico. Perceber esse processo de elaboração de suas identidades étnicas é também se debruçar sobre a coletividade dessas comunidades, no sentido de ser uma ação comum a todos, que expressa uma luta identificada e definida, por meio de um desdobrar cotidiano, em uma existência melhor, por respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWIER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Os quilombos e as novas etnias*: É necessário que nos libertemos de definições arqueológicas. Vitória: ABA, 1998.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para um diálogo entre indígenas e quilombolas. [S.l.]: Anpocs, 1996.

ARRUTI, J. M. *Mocambo*: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programas. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*, 2003a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.2, pp.7-38. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>

BALESTRINE, Luciana, América Latina e o Giro Decolonial. Disponível em < www.scielo.br/pdf/rbcpol/nu/04 > Acesso em 26/11/2018.

BARROS, Rejane da Silva. Tradição e Modernidade: Os moradores da Comunidade do Grilo como Protagonistas Sociais. Monografia de Graduação. Campina Grande – PB, 2012.

BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. 243 pp.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas Fronteiras. In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF, Fernart Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BANAL, Alberto. "A Via Crucis" das Comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: _____; FORTES, Maria Ester Pereira (Orgs). *Quilombos da Paraíba: A realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013, p. 18-43.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**(1988). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10dez. 2013.

_____. **Decreto nº. 3.912**, de 10 de setembro de 2001.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm>. Acesso em: 27dez. 2013.

_____. **Decreto nº. 4.887**, de 20 de novembro de 2003.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 27dez. 2013.

_____. **Estatuto da Igualdade Racial**, Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 27dez. 2013.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARNEIRO, E. Singularidades dos Quilombos. In: MOURA, C. (Org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p.13-20. CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Iany Elizabete da. A Ressignificação da identidade quilombola na Comunidade de Piratibe, João Pessoa – PB: Uma análise a partir dos processos de Resistência. Dissertação de Mestrado, João Pessoa – PB, 2016.

FORTES. Maria Esther. Comunidades Quilombolas na Paraíba. (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA). Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os

desafios para o futuro/ Alberto Banal. Maria Ester P. Fortes (organizadores). João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. Site visitado em 11/05/2018.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: Usos e abusos da história oral. (Janaina Amado e Marieta M. Ferreira/coordenadoras), 8 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMES, Flávio. História de quilombolas mocambos e comunidade de senzala no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia de Letras, 20015.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Antiga, 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Relatório **Técnico de Vistoria/INCRA/SR (01) /PA nº. 187/05** de 03 de janeiro de 2019

INCRA. **Instrução Normativa nº 49**, de 29 de setembro de 2008. Disponível em:<<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/IN49-290908.pdf>>. Acesso em: 27dez. 2018.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Parecer sobre o Relatório Antropológico: Quilombolas de Bujaru**, 03 de janeiro de 2019

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. **Revista Etnográfica**, Vol. IV, n. 2, 2000, p. 333-54. Disponível em: <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2014.

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. IBGE – Pará. INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Processo nº. 54100.001570/2005-31**

LIMA, Elizabete Christina de Andrade. Os Negros de Pedra D`Água: Um estudo da identidade étnica, parentesco e territorialidade numa comunidade rural. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campina Grande – PB, UFPB, 1992.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

LÓPEZ, Alexis, Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença (org.) LARROSA e SKLIAR; Tradução: Semirames G. da Veiga. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.. Manual de história oral. 4º edição. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, Josemir Camilo. Negro e Quilombola, Um diálogo entre a (auto)identidade interdição da identidade negra e a (alter)identidade quilombola à luz da memória discurso In: UBUNTU: Educação, Alteridade e Relações Étnico-Raciais. Ariosvalber de Souza Oliveira...[et al.], organizadores. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Quilombos: da insurreição à propriedade constitucional**, 2005a, mimeo

MIRANDA, S.A. Educação Escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasiliense de Educação*, 17 (50)369-383. 2008.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Conquista, 1972.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica 2004. p. 89.

MUNANGA, K. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, C. (Org.) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p. 21-31.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: QUINTAS, F. (Org.). *O negro: identidade e cidadania*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista da USP*. São Paulo: 1995/96. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222> Site visitado em 09/05/2018

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & MARQUES, Marta Inez Medeiros(Orgs.).(2004). **O Campo no Século XXI**. São Paulo, Paz e Terra & Casa Amarela.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Edunesp, 2006.

ONU. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, de 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <<http://www.uniceub.br/media/123120/PIDESC.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ONU, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, Paris, 20 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/politicas5//asset_publisher/WORBGxCl6bB/content/convencao-sobre-a-protecao-e-promocao-da-diversidade-das-expressoes-culturais/10913>. Acesso em: 02 jan. 2019.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teoria da etnicidade—Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo:Unesp, 2011.

ROCHA, Solange P. Antigas Personagens, Novas Histórias: memórias e histórias de mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista. BRASIL Presidência da República. *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*, 2006, p. 172-198.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira, **O decreto 4887/2003 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos**, In Territórios Quilombolas. Reconhecimento e Titulação das Terras

RODRIGUES, Maria de Fatima Ferreira. MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba: Narrativa sobre a construção do território e da territorialidade. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v. 4, n.1, out.2015

<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/viewFile/27681/14922>. Site visitado em 08/05/2018.

SOUZA, Douglas Martins. **Comentários doutrinários a respeito do Estatuto da Igualdade Racial**. In: SIMÃO NETO, Calil. São Paulo: J.H.Mizuno, 2011.

AGRADECIMENTOS

Como resultado de uma coletividade, essa pesquisa foi realizada através do contato e do apoio de pessoas que considero particularmente como seres humanos de luz, que brilharam caminhos para chegarmos até aqui. Dessa forma agradeço a todas elas que acreditaram e acreditam nessa pesquisa como um pequeno brotinho, para a grande árvore que ela se tornará ao longo da minha caminhada como pesquisadora.

Inicialmente agradeço a todas as deusas e deuses que apareceram no caminho com boas vibrações para essa pesquisa ser realizada.

A Comunidade Quilombola do Grilo, junto a figuras de Paquinha, Dona Lourdes e Seu Elias que receberam essa pesquisa de braços abertos, com grande simpatia e afago. Sem eles nada disso existiria.

A minha orientadora Dra Ofélia, sem dúvida uma deusa, que embora seja aquariana, me guiou e me orientou na maturação dessa pesquisa, assim como meus primeiros passos como pesquisadora, além de me apresentar ao NEABI- CG (Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena) que deu fruto ao Grupo de Estudo Abayomi.

A Ma. Alcione, mulher maravilhosa, também membro do Abayomi, que me ajudou e norteou para melhoria dessa pesquisa, e me deu altos conselhos importantes.

A minha companheira Mayara que me ajudou nessa caminhada, e os moradores da GreyHouse, Rute e Jadson que foram parceiros nessa jornada. Bem como as minhas amigas de coração Yallen, Nayara, Cezar e Diogo que estiveram presentes unindo forças e boas energias.

A minha família, Mainha e Painho e minhas irmãs Rute e Heloisa, que da sua maneira apoiaram minha estadia em Campina Grande semelhantemente meu curso de História.

A Paradise, porque se não fosse essa lojinha e as blusinhas, eu não conseguiria me manter nessa universidade devido a insustentabilidade da assistência estudantil, ou trabalha e estuda ou não estuda.

E a Maria Juana que me deu bastante inspiração, e força espiritual para chegar até onde cheguei. E a todos vocês que participaram dessa minha trilha até aqui. GRATIDÃO!